



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 10:00 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. ANTECIPAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA MARCADA PARA O DIA 7 DE JUNHO (FERIADO) PARA DIA 6, ÀS 15:30 HORAS
2. REDUÇÃO DE HORÁRIO NO PERÍODO DE VERÃO DA ESTAÇÃO DE CORREIOS DA MARINHA GRANDE.
3. 6.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012
4. REQ. N.º 461/12 – PC N.º 26/12 – ARMÉNIO PRAZERES BATISTA
5. REQ. N.º 810/12 – PC N.º 74/12 – PORTUTECMO – MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.

6. REQ. N.º 551/12 – PC N.º 89/12 – IMOPLÁSTIC – IND. DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.
7. REQ. N.º 711/12 – PC N.º 187/08 – MARIA LUIZA FERNANDES AGOSTINHO CASTANHEIRA COSTA
8. REQ. N.º 759/12 – PC N.º 128/12 – MARIA LUCINDA ROSA CALADO
9. REQ. N.º 350/12 – PC N.º 38/12 – JOSÉ MANUEL DUARTE GRACIO
10. REQ. N.º 1256/10 – PC N.º 806/01 – NUNO FILIPE PINTO FERNANDES
11. REQ. N.º 686/12 – PC N.º 292/08 – ANTÓNIO AGOSTINHO SANTOS
12. REQ. N.º 796/12 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
13. REQ. N.º 808/12 – PC N.º 152/11 – LUÍS MANUEL PACHECO BRANQUINHO
14. REQ. N.º 413/12 – PC N.º 53/11 – SUSANA PAULA PEREIRA FRANCISCO GASPAR
15. REQ. N.º 842/12 – PC N.º 180/11 – LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA
16. ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO SITO NA GUARDA NOVA, FREGUESIA DE MARINHA GRANDE – ROGÉRIO PESCADA GOMES.
17. ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO SITO EM VIEIRA DE LEIRIA, FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA - MOTABOUT CLUBE MOTARD VIEIRA DE LEIRIA
18. RECEPÇÃO DEFINITIVA
19. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DA PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA – JUNHO 2012
20. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** pediu esclarecimentos sobre os seguintes assuntos:

- ⇒ Ponto da situação sobre o seu pedido relativo ao investimento feito pela União de Leiria no Estádio Municipal;
- ⇒ Ponto da situação sobre a auditoria aprovada na reunião de Câmara extraordinária;
- ⇒ Como está a questão do relvado sintético, uma vez que lhe soou que a União de Leiria tinha rescindido o acordo com a Câmara da Marinha Grande – rescindiu ou não, e qual a fundamentação para tal?
- ⇒ Fatura da água – tal como previu as pessoas não ficaram prejudicadas em termos de valores, mas no sentido em que tiveram que pagar mais de uma só vez e com um prazo de pagamento, no seu caso, de apenas 5 dias. Esta situação lesou as fracas economias das famílias marinhenses. Foi um mau exemplo e que não deve ser repetido.

- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** perguntou como é que está a situação da Lei dos compromissos e da posição da ANMP.
Deixou ainda um lamento pelo facto de as questões por si levantadas na reunião pública não terem sido referenciadas pela jornalista presente nessa reunião.
- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que pretende solidarizar-se com o Dr. António Santos, pois também as questões que a CDU levanta e aborda são esquecidas pelos jornais.

Abordou ainda os seguintes assuntos:

- ⇒ Chamou a atenção para a situação dos passeios, que se encontram muito degradados;
- ⇒ Perguntou se há algumas medidas pensadas para intervenção no Centro Tradicional;
- ⇒ Relativamente à TUMG, perguntou para quando a tomada de medidas sobre a redução dos lugares de estacionamento pago, se é que há alguma medida.

Depois de colocadas todas as questões, o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Paulo Vicente prestaram os esclarecimentos solicitados.

Fatura de água – o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que não houve agravamento nos valores, e que foram dadas instruções aos serviços para que quem tivesse dificuldades em pagar deveria manifestar-se de modo a que se pudesse fazer um plano de pagamentos. No caso dos pagamentos fora de prazo não estão a ser cobrados juros de mora. Informou ainda que nesta altura a situação está a fluir normalmente, de acordo com as indicações que lhe chegam dos serviços.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que aquilo que critica é que não se tenham tomado as medidas necessárias e suficientes para que as pessoas não tivessem que pagar agora valores tão elevados.

Protocolo celebrado com a União de Leiria – o **Sr. Presidente** informou o seguinte:

- ⇒ Está-se a tentar acabar as contas, mas como é sabido o fornecimento desses dados depende essencialmente do trabalho da DGF – Divisão de Gestão Financeira e da DEDIS – Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social.
- ⇒ O relvado continua colocado no mesmo sítio.
- ⇒ A União de Leiria enviou uma carta à Câmara, no dia 11 de Maio, em que invoca a violação do protocolo celebrado, tendo o Sr. Presidente feito a leitura do documento.
- ⇒ A Câmara respondeu por carta registada, em 16 de Maio, cujo conteúdo o Sr. Presidente deu a conhecer aos presentes, efetuando a sua leitura.
- ⇒ Em relação à questão que abordou na última reunião, sugerindo a entrega simbólica das chaves da Câmara em sinal de protesto, referiu que não foi folclore, pois apresentou esta proposta na AMLEI, e irá ser discutida na próxima reunião, podendo desde já adiantar que há alguns Presidentes de Câmara que concordam. Sabe também que o P.S. se prepara para tomar uma posição neste sentido.
- ⇒ Sobre o que dizem os jornais, disse não ser responsável pelas notícias que os mesmos publicam.
- ⇒ Em relação às obras do centro, informou que as mesmas estão a decorrer dentro dos prazos previstos.
- ⇒ Para o Centro Tradicional deu entrada o pedido de instalação de duas boas superfícies comerciais, que virão brevemente à reunião.

- ⇒ A TUMG está a preparar as coisas para que brevemente sejam disponibilizados mais lugares, pelo que na próxima reunião dará mais notícias.
- ⇒ Também está para breve a chegada do novo autocarro da TUMG.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira**, bem como os restantes Vereadores da oposição, solicitaram ao Sr. Presidente cópias das cartas que leu (carta enviada pela União de Leiria e resposta enviada pela Câmara), as quais foram entregues durante a reunião.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que é lamentável a situação atual entre a Câmara e a União de Leiria, uma vez que se envolveram entidades desportivas do concelho e se criaram expectativas, apesar dos inúmeros alertas deixados, muitos deles aqui na reunião. Este era um cenário espetável, num processo em que o Presidente da Câmara se envolveu pessoalmente, com as maiores responsabilidades, e agora dá-se uma reviravolta completa. Para além de questionarmos o comportamento da União de Leiria, esta situação também não deixa em bons lençóis a Marinha Grande e a Câmara, que não necessita de se ver envolvida nela.

Gostávamos de saber o que pensam o A.C.M., os Vidreiros e o Desportivo da Garcia sobre esta situação, porque também são interessados.

Entendemos que o assunto terá que continuar a ser aqui analisado, pois é de enormíssima complexidade, e seria bom que na próxima reunião os Vereadores da CDU pudessem dispor da documentação solicitada há cerca de 2 meses pelo Vereador Vítor Pereira.

O **Sr. Presidente** solicitou aos Srs. Vereadores a não divulgação dos documentos entregues, pois ele próprio não divulgou o assunto da União de Leiria a qualquer jornal, uma vez que eles têm um prazo de 30 dias para resolver o assunto, e o mesmo está a decorrer.

Comentando a situação, o **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que estão a tornar o infrator (União de Leiria) em vítima.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** entende que enquanto continuarmos a defender a manutenção de um relvado que não foi pago à empresa que o forneceu, e que provavelmente terá as suas dificuldades e para com os seus trabalhadores, e estarmos agora a reivindicar ser ressarcidos, não deixará de haver aqui uma grande contradição.

Os Vereadores da CDU colocaram uma série de dúvidas em relação ao estabelecimento do protocolo, e infelizmente mais uma vez estavam com razão. A situação é a seguinte: temos um relvado penhorado, 2 clubes que não vão ver colocados os relvados, e a denúncia de um protocolo. Temos que tirar conclusões políticas: o negócio foi péssimo, com resultados prejudiciais para o concelho da Marinha Grande.

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de dois processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais dois assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.



1 - ANTECIPAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA MARCADA PARA O DIA 7 DE JUNHO (FERIADO) PARA DIA 6, ÀS 15:30 HORAS

299 - Tendo em conta que a realização da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, no dia 7 de Junho, coincide com o feriado do Corpo de Deus, **foi por todos decidido antecipá-la para o dia 6 de Junho, às 15:30 horas.**

2 - REDUÇÃO DE HORÁRIO NO PERÍODO DE VERÃO DA ESTAÇÃO DE CORREIOS DA MARINHA GRANDE.

300 - Presente pedido de parecer relativo à alteração de horário de funcionamento da estação de correios da Marinha Grande, no período de 2 de julho a 14 de setembro, fixando-se aquele nas manchas 9:00-12:30 e 14:00-18:00 (E/3146/2012, de 12/04).

Tendo em conta que, apesar de caber à concessionária a competência para a alteração do horário de funcionamento dos estabelecimentos postais, deve essa concessionária sustentar tal decisão nas necessidades de serviço e nos níveis de procura (alínea b), do n.º 2, da cláusula 20ª, do contrato de concessão do serviço postal universal).

Tendo em conta que o pedido formulado não vem acompanhado, como devido, de uma demonstração das necessidades de serviço, dos níveis de procura e da satisfação das necessidades de comunicação da população e das atividades económicas (n.º 4, da cláusula 20ª, do citado contrato de concessão).

Tendo em conta que está em causa a única estação de correios da Marinha Grande.

Tendo em conta que a redução de horário deixa sem alternativa as pessoas e as empresas que aproveitam o período de interrupção para almoço para recorrer aos serviços dos correios.

Tendo em conta que a prestação do serviço postal é um serviço público que se deve conformar com as necessidades da população e das empresas e não o contrário.

Tendo em conta que, pelo menos empiricamente, se repetem sucessivamente aglomerações de clientes na referida estação, o que motiva períodos de espera inadmissíveis.

Tendo em conta que no período atual de crise económica e social todos os obstáculos criados ao livre exercício das atividades económicas não contribuem para a sua superação.

Tendo em conta que a redução de horário proposta, ainda que num período transitório, é suscetível de provocar significativos prejuízos económicos e transtornos pessoais injustificados.

A Câmara Municipal, com os fundamentos acima aduzidos, delibera emitir parecer negativo à intenção de redução de horário no período de verão da estação de correios da Marinha Grande.

Mais delibera remeter a presente deliberação à ANACOM.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - 6.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

301 - Presente proposta da 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

5ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 440.956,34 euros nos reforços e de 440.956,34 euros nas anulações;

5.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012 no valor de 57.297,00 euros nos reforços e de 191.233,00 euros nas anulações;

5.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 no valor de 20.565,00 euros nos reforços e de 20.565,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 461/12 – PC N.º 26/12 – ARMÉNIO PRAZERES BATISTA

302 - Presente Pedido de Informação Prévia relativo à viabilidade de “*Ampliação e Legalização da Alteração parcial de uma Unidade Industrial*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua das Andorinhas, Lugar de Lameira de Picassin, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1445/1996, em nome de Arménio Prazeres Batista, referente à obra de “Construção de uma Unidade Industrial”, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 539/1997, de 05/08.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Pedido de Informação Prévia em condições de merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou informar ser viável a pretensão requerida, sendo que, o pedido de licenciamento a apresentar, nos termos agora propostos, ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- 1. Esclarecimento e eventual correção da diferença registada entre a configuração do prédio constante no processo de licenciamento anterior e a constante nas peças desenhadas anexas ao presente pedido de informação prévia.**
- 2. Cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as definidas no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, no**

Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, no Regime do Exercício da Atividade Industrial e demais legislação em vigor.

- 3. Indicação expressa da tipologia pretendida para a atividade industrial, nos termos do Regime do Exercício da Atividade Industrial, ficando a indicação da respetiva entidade coordenadora, dependente da definição da referida tipologia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 810/12 – PC N.º 74/12 – PORTUTECMO – MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.

303 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alterações Interiores, com Modificação do Uso e Anexação de Duas Frações*” existentes, designadas pelas letras “E” e “N” de um Edifício constituído em regime de propriedade horizontal – Edifício Cristal Park, localizado junto à Estrada de Leiria, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1087/2001, em nome de PRÉDIGRANDE – IMÓVEIS, LDA, referente à obra de “Construção de Edifício” destinado a Armazém, Comércio e Serviços, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 73/2008, de 16/07.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Apresentação em igual período, de mais um exemplar das peças desenhadas apresentadas a coberto do último aditamento, de acordo com o disposto nas alíneas b) e h) do n.º 1 do art. 77.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. A atividade industrial a instalar do Tipo 3, fica limitada ao máximo de 15 trabalhadores, potência elétrica contratada não superior a 40kVA e potência térmica não superior a 8 X 106 kJ/h, não abrangida por nenhum dos regimes jurídicos de avaliação de impacte ambiental, prevenção e controlo de integrados de poluição, prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas ou operações de gestão de resíduos quando estejam em causa resíduos**

- perigosos, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10, diploma que estabelece o Regime de Exercício da Atividade Industrial.
2. Nos termos do n.º 4 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, a referida atividade só poderá ter início, após cumprimento pelo respetivo operador, da obrigação de registo junto da Câmara Municipal – alínea c) do art. 5.º e n.º 2 do art. 40.º do citado diploma, o qual só poderá ser efetuado, após a emissão do título de Autorização de Utilização, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
 3. A atividade industrial a desenvolver no edifício, deverá garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, em matéria de higiene, ambiente, segurança e saúde no trabalho, não promovendo ações que possam de alguma forma dar lugar a fumos, ruídos, resíduos, cheiros ou criem condições de insalubridade, perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga ou acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão, nos termos do disposto no n.º 9 do art. 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e n.º 4 do art. 40.º do Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10.
 4. Nos termos do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/08, de 12/11, deverá submeter à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Medidas de Autoproteção até 30 dias anteriores à data de entrada em funcionamento da atividade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 551/12 – PC N.º 89/12 – IMOPLÁSTIC – IND. DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.

304 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de um Anexo*” destinado a arrumos, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua da Serração, Lugar de Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo de Licenciamento n.º 414/1998, em nome de MOLDEBASE – ESTRUTURAS E MOLDES PARA A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA., referente à obra de “*Construção de um Muro de Vedação*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 625/1998, de 04/09.

Processo de Camarário n.º 507/2000, em nome de MOLDEBASE – ESTRUTURAS E MOLDES PARA A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA., referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Instalações Fabris*”, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara ealizada em 26/07/2001, sem que tenha sido emitido o correspondente Alvará de Obras.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Processo de Licenciamento n.º 42/2010, em nome de MOLDEBASE – ESTRUTURAS E MOLDES PARA A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA., referente à obra de “*Legalização de um Estabelecimento Industrial*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 167/2010, de 03/11 e correspondente Autorização de utilização n.º 134/2010, de 06/12.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 711/12 – PC N.º 187/08 – MARIA LUIZA FERNANDES AGOSTINHO CASTANHEIRA COSTA

305 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de um Edifício de Habitação*” existente, localizada na Avenida do Farol, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 3/11, de 25/01, com termo em 24/01/2012, com prorrogação válida até 24/07/2012.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de parecer técnico dos serviços, que atesta estar apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, incluindo a reparação integral do pavimento do passeio em toda a zona envolvente do prédio, decorrente da realização da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 759/12 – PC N.º 128/12 – MARIA LUCINDA ROSA CALADO

306 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração e Ampliação de uma Moradia Unifamiliar*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua da Paz, Lugar de Rego da Garcia, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente: Processo Camarário n.º 158/1976, em nome de José Augusto Simão, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de uma Moradia*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 428/1976, de 20/04.

Presente parecer técnico dos serviços, que atesta estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 350/12 – PC N.º 38/12 – JOSÉ MANUEL DUARTE GRACIO

307 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de uma Moradia e Muros de Vedação*” existente, localizada num prédio sito na Rua dos Pinheiro, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 960/1959, em nome de Rafael Jorge Rito da Fonseca, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de uma Moradia*”, levada a efeito ao abrigo do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Alvará de Licença de Obras n.º 272/1959, de 13/07, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Utilização n.º 13/1961, de 05/09.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1256/10 – PC N.º 806/01 – NUNO FILIPE PINTO FERNANDES

308 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia*”, levada a efeito num prédio rústico localizado no Lugar de Sítias, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Construção n.º 386/2003, de 13/06, com termo em 08/06/2004, com prorrogação datada de 16/06/2004 e termo em 05/12/2004.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, visando a legalização das alterações levadas a efeito na referida obra, dispondo de parecer técnico dos serviços que atesta estar o referido projeto, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva**

Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 686/12 – PC N.º 292/08 – ANTÓNIO AGOSTINHO SANTOS

309 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “Legalização da Instalação de um Estabelecimento de Bebidas – Pastelaria Torradinha” existente na fração designada pela letra “B”, de um edifício constituído no regime de Propriedade Horizontal, localizado na Avenida José Henriques Vareda, Freguesia de Marinha Grande.

Presente Parecer Favorável emitido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil do Ministério da Administração Interna, que se transcreve:

“...

O projecto de segurança contra riscos de incêndio foi aprovado, pelo que não há objecções ao licenciamento da obra.

A licença de utilização não deverá ser concedida sem ser verificado o cumprimento do projecto agora aprovado, dependente de vistoria.

...”

Presente Parecer Favorável Condicionado, emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

“...

- Favorável Condicionado

O estabelecimento deverá cumprir com o disposto nos normativos legais em vigor (Decreto Regulamentar n.º 20/2008 de 27 de Novembro, Regulamento CE n.º 852/2004 de 29 de Abril, DL n.º 243/86 de 27 de Setembro e Portaria n.º 987/93 de 6 de Outubro), nomeadamente:

- 1. O estabelecimento deve estar dotado de equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 4 do Art.º 4.º do DR n.º 20/2008);*
- 2. O sistema de climatização, caso exista, deve ser regulado no sentido de estabilizar a temperatura média do ambiente a cerca de 22ºC, admitindo-se uma variação negativa ou positiva de 3ºC, devendo o equipamento manter-se em bom estado de higiene e conservação (n.º 6 do Art.º 4.º do DR n.º 20/2008);*
- 3. Caso seja prevista ventilação mecânica, esta deve ser adequada e suficiente, em especial na copa limpa e instalações sanitárias. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem ser construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitam de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I Anexo II, Reg. N.º 852/2004, de 29 de Abril);*

4. *As instalações sanitárias previstas em planta devem ser separadas por sexo para o público, devendo o pessoal, utilizar a que respeita ao seu género;*
5. *O lavatório da instalação sanitária que serve o pessoal deve ser provido de torneira com sistema de accionamento de água não manual (alínea b) do n.º 3 do Art. 7.º do DR n.º 20/2008);*
6. *As janelas e outras aberturas que puderem abrir para o exterior devem estar equipadas, sempre que necessário, com redes de protecção contra insectos, facilmente removíveis para limpeza (alínea d), do n.º 1 do Capítulo II do Anexo II, do Regulamento CE n.º 852/2004 de 29 de Abril);*
7. *A copa limpa deve ser equipada com um lavatório e torneira accionada com comando não manual, destinada à higienização das mãos. Em alternativa, o lavatório destinado à lavagem da loiça suja, existente na zona do balcão, deve ser munido com torneira de accionamento não manual;*
8. *Na copa suja deve existir pelo menos uma cuba de lavagem equipada com água quente e fria e máquina de lavar a loiça (n.º 8 do Art. 6.º do DR n.º 20/2008).*
- ... ”

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
2. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
3. A “*afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público*”, ficam

sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 796/12 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR

310 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém*” existente, tendo em vista a instalação de três Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 550/2002, em nome de Mário Felismino Gaspar, referente ao licenciamento da obra de “*Alteração e Ampliação de um Edifício de Armazéns*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 601/2003, de 08/10, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 300/2005, de 31/12.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou declaração prévia de atividade industrial, que deverá ser apresentada pela entidade exploradora junto da entidade coordenadora do licenciamento industrial – Direção Regional da Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 808/12 – PC N.º 152/11 – LUÍS MANUEL PACHECO BRANQUINHO

311 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Alteração e Ampliação de Edifício de Habitação Unifamiliar*” existente, localizado no Beco das Chedas, Lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
3. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente o recuo do muro de vedação existente em 4,85m relativamente do eixo da via e execução de um passeio com 1,60m de largura no limite confinante com a Rua das Chedas. Na Travessa das Chedas, deverá proceder ao recuo dos muros (existente e a construir) em 3,50m relativamente ao eixo da via e assegurar um raio de curvatura com um mínimo de 6,00m, entre a travessa e o arruamento principal. Estas alterações deverão ser contempladas numa nova Planta de Implantação contendo quer a alteração da largura do passeio, quer o novo alinhamento do muro. Os materiais a aplicar no passeio devem ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário de 0,12x0,22m e calçada de 0,05x0,05x0,05m. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada de veículos numa distância mínima de 3,50m. Na execução dos passeios deve ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas.**
4. **Aquando do início da construção (ampliação), após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de Utilização.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N.º 413/12 – PC N.º 53/11 – SUSANA PAULA PEREIRA FRANCISCO
GASPAR**

312 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Alteração/Ampliação de Habitação Unifamiliar*” existente, bem como à obra de “*Edificação de Telheiro para Churrasqueira*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Avenida José Nobre Marques, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Alteração/Ampliação n.º 122/11, de 05/01/2012, com termo em 04/07/2012.
Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de parecer técnico dos serviços que atesta estar apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 842/12 – PC N.º 180/11 – LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA

313 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Legalização da Alteração e Ampliação de Moradia*” existente, incluindo a “*Demolição de Anexo*”, sito na Rua Principal, Lugar de Fagundo, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 02/02/2012.
Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.
Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação de autorização do técnico autor do projeto licenciado – PC n.º 611/76, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 59.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14/03 e alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17/09 e 114/91, de 03/09, e Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambas de 27/11, pela Lei n.º 50/2004, de 24/08, pela Lei n.º 24/2006, de 30/06 e pela Lei n.º 16/2008, de 01/04.
2. Execução todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da execução da obra, nomeadamente passeio na extensão total do prédio confinante com a via pública, com materiais e alinhamento a serem oportunamente definidos pelos Serviços Técnicos desta Câmara.
3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Aquando do início da construção (ampliação), após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO SITO NA GUARDA NOVA, FREGUESIA DE MARINHA GRANDE – ROGÉRIO PESCADA GOMES.

314 - Presente auto de arrematação de 18 de abril de 2012, no qual consta a deliberação de adjudicação provisória da alienação do lote de construção urbana sito na Guarda Nova,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Freguesia de Marinha Grande, descrito sob o n.º 12345/020481 na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 17236, com a área total de 295,00m² e com uma área de construção máxima de 236,00m², a Rogério Pescada Gomes, residente na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 9 – Portela, 2430-472 Marinha Grande, com o contribuinte 115273310, pelo valor de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros).

Presente certidão da autoridade tributária e aduaneiras e declaração da segurança social pelas quais se atesta que o adjudicatário provisório se encontra em situação regularizada perante o Estado.

Considerando que não existem quaisquer obstáculos à adjudicação definitiva da alienação do referido lote.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, adjudicar definitivamente a alienação do lote de construção urbana sito na Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, descrito sob o n.º 12345/020481 na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 17236, a Rogério Pescada Gomes, residente na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 9 – Portela, 2430-472 Marinha Grande, com o contribuinte 115273310, pelo valor de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros).

Mais delibera notificar o adquirente para marcação da escritura pública no prazo de sessenta dias úteis, da qual devem constar as condições enunciadas na deliberação camarária de 15 de março de 2012.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO SITO EM VIEIRA DE LEIRIA, FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA - MOTABOUT CLUBE MOTARD VIEIRA DE LEIRIA

315 - Presente auto de arrematação de 18 de abril de 2012, no qual consta a deliberação de adjudicação provisória da alienação do lote sito em Vieira de Leiria, descrito sob o n.º 4467/120297 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 6199, com a área total de 470.00m² e com uma área de construção máxima de 235,00m², ao Clube Motard Motabout, de Vieira de Leiria, Apartado 23, com o contribuinte n.º 504945980, pelo valor de 17.010,00€ (dezassete mil e dez euros).

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Presente certidão da autoridade tributária e aduaneiras e declaração da segurança social pelas quais se atesta que o adjudicatário provisório se encontra em situação regularizada perante o Estado.

Considerando que não existem quaisquer obstáculos à adjudicação definitiva da alienação do referido lote.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, adjudicar definitivamente a alienação do lote de terreno sito em Vieira de Leiria, descrito sob o n.º 4467/120297 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 6199, com a área total de 470.00m² e com uma área de construção máxima de 235,00m², ao Clube Motard Motabout, de Vieira de Leiria, Apartado 23, com o contribuinte n.º 504945980, pelo valor de 17.010,00€ (dezassete mil e dez euros).

Mais delibera notificar o adquirente para marcação da escritura pública no prazo de sessenta dias úteis, da qual devem constar as condições enunciadas na deliberação camarária de 15 de março de 2012.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

316 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Construção da cantina na Escola EB do Engenho – Concurso Público nº. 01/2005”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 02 de junho de 2005, à empresa “Outeirobra – Construções Civas, Lda”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DA PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA – JUNHO 2012

317 - Presente informação nº 376 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social - DEDIS - datada de 02/05/2012, referente à atualização anual das rendas de habitação social, da Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração dos rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2011	RENTA 2012
3	Maria do Rosário S. Reis	2º Dto.	23/05/2005	28,97€	23,95€

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2011	RENTA 2012
1	Rosa Manuela F. Martins	2º C	23/05/2007	17,29€	4,85€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de junho de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - RESUMO DE TESOUREARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e três de maio de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **735.824,92 €** (setecentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e quatro euros e noventa e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

318 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 2364/11 – PC N.º 88/10 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ
2. REQ. N.º 67/12 – PC N.º 12/12 – MARIA ISABEL ANGELINO DE SOUSA AVELINO
3. LOJA Nº 5 DO MERCADO MUNICIPAL DE VIEIRA DE LEIRIA – AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA LOJA Nº 5
4. PORTARIA N.º 106/2012, DE 18 DE ABRIL. PARECER JURÍDICO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE. PROCESSO CAUTELAR.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 2364/11 – PC N.º 88/10 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ

319 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de *“Construção de um Edifício de Habitação e Muros”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua da Beira Baixa, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 41/2011, de 18/05, com termo em 17/05/2013.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, pressupondo a redução do número de fogos, de dois para um, redução das áreas de implantação e de construção inicialmente propostas, bem como a Comunicação Prévia referente à Operação de Destaque de uma parcela de terreno.

Presente parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projecto de Alterações ao Projecto de Arquitectura anteriormente aprovado, bem como a Autorização da Operação de Destaque pretendida, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos de Alterações aos Projetos das Especialidades aplicáveis, de acordo com o disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou autorizar a Operação de Destaque pretendida nos termos apresentados e no cumprimento das condições expressas no n.º 4 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, sendo que a respetiva Certidão de Destaque a emitir para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 daquele diploma, deverá fazer referência à inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do destaque, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, sem o que não poderá ser licenciada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 67/12 – PC N.º 12/12 – MARIA ISABEL ANGELINO DE SOUSA AVELINO

320 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de uma Edificação*” existente, localizada na Rua das Fontainhas, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Presente Processo Camarário n.º 1729/1969, em nome de Maria Gomes Ferreira Miranda, referente ao licenciamento da obra de “Construção de duas moradias geminadas”, levada a efeito ao abrigo da Licença de Obras n.º 512/1969, de 14/08.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
3. **Execução de parede e guarda-fogo ao nível da cobertura da edificação, para que esta se individualize em relação à cobertura da edificação contígua.**
4. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 – LOJA Nº 5 DO MERCADO MUNICIPAL DE VIEIRA DE LEIRIA – AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA LOJA Nº 5

321 - Presente requerimento de Orlando Ferreira Silva, com morada na Rua José Moreira, nº 33, Vieira de Leiria, a solicitar que lhe seja cedido o espaço de uma loja no mercado de Vieira de Leiria para venda de pão e bolos.

Analisada a pretensão e uma vez que a loja nº 5 daquele mercado se encontra desocupada, a Câmara Municipal delibera ao abrigo do artigo 68º nº 2 alínea h) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a utilização a título temporário, desde 15 de junho a 15 de setembro do corrente ano, mediante o pagamento das taxas devidas, da loja nº 5 do mercado municipal de Vieira de Leiria para venda de pão e bolos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - PORTARIA N.º 106/2012, DE 18 DE ABRIL. PARECER JURÍDICO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE. PROCESSO CAUTELAR.

322 - Presente parecer jurídico, elaborado pelo Professor Doutor Pedro Gonçalves, no qual se conclui que o artigo 2.º, n.º 1, da Portaria n.º 106/2012 é ilegal e inconstitucional, sendo admissível pedir a declaração de ilegalidade dessa norma, assim como, a título cautelar, requerer a suspensão da sua eficácia.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
24/05/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Tendo em conta que a retenção da verba em causa afeta de forma significativa a gestão financeira da autarquia, impedindo a prossecução de obras e projetos essenciais para o concelho.

Tendo em conta que a retenção da verba é totalmente desproporcionada em relação aos custos efetivamente incorridos no processo de avaliação geral dos prédios urbanos.

A Câmara Municipal, tendo em conta o teor do parecer jurídico que se dá por reproduzido, delibera pedir a declaração de ilegalidade do artigo 2.º, n.º 1, da Portaria n.º 106/2012, assim como, a título cautelar, requerer a suspensão da sua eficácia.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

323 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:25 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião